

FOLHA COTIDIANO

Tel.: 0/xx/11/3224-3402
E-mail: cotidian@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/3224-2285

Serviço de
atendimento ao assinante:
0/xx/11/3224-3090

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2002 ★ CONCLUÍDO ÀS 22H59

RETRATO DO BRASIL Pesquisa IBGE mostra que, nos últimos 11 anos, brasileiro teve mais acesso a serviços de saneamento

Oferta de água não tratada cresce 191%

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

MARIANA VIVEIROS
DA REPORTAGEM LOCAL

O brasileiro terminou a década de 90 com maior acesso a serviços de água, lixo, esgoto e drenagem, mas, em alguns casos, precisa se preocupar mais com a qualidade desses serviços. É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada ontem.

Segundo o instituto, de 1989 a 2000 o volume de água distribuído por dia para os domicílios brasileiros aumentou 57,9%. O problema é que, nesses 11 anos, o volume de água com tratamento que chega às casas dos brasileiros cresceu 52,5%, enquanto o volume distribuído sem tratamento teve aumento de 191,3%, passando de 3,9% para 7,2% do total.

O problema é mais grave na região Norte, onde essa porcentagem chegou a 32,4% em 2000. O IBGE ressalta, entretanto, que o fato de a água não ser tratada não significa, necessariamente, que ela esteja contaminada.

“Frente a uma carência crônica de investimentos em saneamento, ampliar a rede, levar a água, se tornou prioridade. O tratamento adequado implica recursos que foram praticamente suspensos”, afirma Walder Suriani, dirigente da Aesbe (Associação das Empresas Estaduais de Saneamento).

“Na região Norte isso é mais sentido porque as empresas estaduais lá praticamente acabaram, e os municípios menores não têm condições financeiras de inves-

tir”, completa Suriani.

Além disso, em mais da metade (52%) dos distritos (bairros legais de um município) brasileiros abastecidos por rede geral de água, não é feito controle da qualidade pelas Secretarias de Saúde.

A água é veículo para diversas doenças, que matam 3,4 milhões de pessoas por ano em todo o mundo — a maioria delas crianças —, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde).

Entre as chamadas doenças de veiculação hídrica estão diarreias, disenterias, cólera, leptospirose, amebíase, hepatite infecciosa, esquistossomose, febres tifóide e paratifóide. Elas foram responsáveis, em 2000, por cerca de 888 mil internações na rede pública de saúde, segundo estatísticas do SUS (Sistema Único de Saúde).

O presidente da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), Antonio César da Costa e Silva, é um dos que acreditam que R\$ 1 investido em saneamento representa uma economia de R\$ 5 em saúde pública.

Os dados do IBGE foram levantados em 2000 nas companhias ou órgãos públicos e privados responsáveis pelos serviços de saneamento. Eles revelam também que a coleta de esgoto foi a área em que o país menos avançou.

Quase todos os municípios brasileiros oferecem água encanada (97,9%) e recolhem o lixo doméstico (99,4%). No que diz respeito à coleta de esgoto, porém, a porcentagem é de apenas 52,2% e cresceu pouco: em 89, era de 47,3%.

Como a empresa que atua no município nem sempre atende a



Crianças próximas a esgoto a céu aberto no igarapé dos Franceses, na região centro-oeste de Manaus

todas as casas e estabelecimentos da cidade, a porcentagem de domicílios com rede coletora de esgoto era menor ainda em 2000: apenas um terço deles (33,5%) eram atendidos por esse serviço.

O destino final do esgoto é um dado que mostra o quanto o país precisa avançar na área. Do volume total de detritos coletados pela rede, apenas 35,3% é tratado.

Em 84,6% dos distritos onde não há tratamento, o esgoto é

simplesmente despejado in natura nos rios, o que compromete a qualidade da água, encarece e dificulta o seu tratamento pré-distribuição, formando um ciclo vicioso classificado como “perverso” por Suriani. A opinião é compartilhada por Roque Passos Piveli, professor do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP.

“Infelizmente, na prática, o fornecimento de água é a primeira

preocupação, seguida pelo afastamento do esgoto. Só depois que cuidam disso é que se pensa no tratamento dos detritos. O ideal é que tudo fosse planejado de forma conjunta”, completa.

O destino final do esgoto pode afetar a qualidade da água consumida mesmo quando ele é despejado em fossas, e não em rios, solução mais comum em municípios onde não há rede coletora.

“Em distritos que utilizam a fos-

sa séptica como destino final do esgoto, geralmente há também o aproveitamento de água subterrânea, que não é tratada. As fossas podem comprometer a qualidade dessa água, aumentando a concentração de nitratos, o que pode causar até câncer”, explica o engenheiro sanitário Airson Medeiros da Silva, consultor da Abes.

Ele também faz a ressalva de que o fato de a água não ser tratada não significa, necessariamente, que ela chegue contaminada. Para Silva, o IBGE mostra que o país avançou em quase todas as áreas, mas ainda não chegou ao ideal.

Metas

No texto de apresentação da PNSB, o IBGE afirma que o Brasil ainda nem conseguiu cumprir as metas estabelecidas pelo Planasa (Plano Nacional de Saneamento) para a década de 80, de atender pelo menos dois terços da população com serviços de esgoto.

Criado nos anos 70, o Planasa não está mais em vigor, e o setor de saneamento básico se ressentiu da falta de uma política nacional, que defina novas metas, aponte possibilidades de financiamento e estabeleça áreas prioritárias.

O projeto de lei nº 4.147, que preencheria essa lacuna, ainda aguarda uma votação na Comissão de Saneamento, onde precisa ser pré-aprovado antes de ir para o plenário da Câmara dos Deputados. “A aprovação da lei é importante para a universalização dos serviços”, afirma Suriani.

→ LEIA MAIS nas págs. C3, C4 e C5

RETRATO DO BRASIL Segundo o IBGE, apenas 42,7% do volume consumido apresenta boa condição; empresa local nega

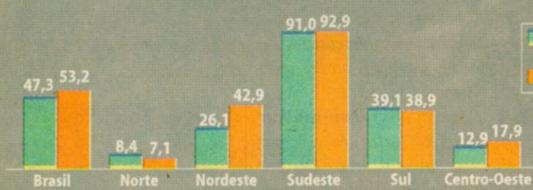
Tratamento de água é mais precário no Pará

Editoria de Arte/Folha Imagem

RAIO-X DO SANEAMENTO

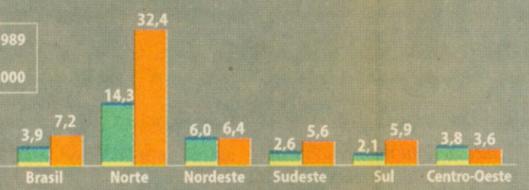
Municípios com serviços de esgoto

Em %



Água sem tratamento

Água distribuída sem tratamento no Brasil, em %



A água no Brasil: do esgoto à torneira

1 33,5% dos domicílios são atendidos por rede geral de esgoto

2 Entre os domicílios atendidos pela rede geral, 64,7% do volume de esgoto coletado não é tratado. Dos distritos das cidades que não tratam o esgoto, 84,6% despejam-no nos rios, comprometendo a qualidade da água usada para abastecimento, irrigação e recreação

4 52% dos distritos brasileiros não têm controle da qualidade da água feito pelas secretarias estaduais de saúde

3 A água que chega aos domicílios pelas companhias de abastecimento é cada vez menos tratada. Em 1989, 3,9% do volume de água não era tratado. Em 2000, esse percentual chegou a 7,2%

33,8% é o percentual de distritos com tratamento de esgoto

A água sem tratamento e a falta de saneamento causam a morte de milhares de pessoas por ano no Brasil. Em 1998, segundo a Funasa, doenças relacionadas à falta de saneamento, como a diarreia, vitimaram 10.844 pessoas, número maior do que o de homicídios na região metropolitana de São Paulo naquele ano

Estudo descobre nove municípios "sem nada"

DA SUCURSAL DO RIO DA AGENCIA FOLHA

O retrato do saneamento no Brasil apontou uma curiosidade encontrada em nove municípios brasileiros. Neles, não há nenhum serviço de abastecimento de água, coleta de esgoto ou de lixo.

Todas são cidades com menos de 10 mil habitantes, com exceção de Nova Esperança do Piriá, no Pará, que tem 18.893, de acordo com o Censo 2000 do IBGE.

Cinco desses municípios se encontram no Maranhão, um no Pará, um em Rondônia, um em Santa Catarina e um no Rio Grande do Sul.

No caso da água, a principal solução encontrada pelos municípios sem abastecimento são os poços particulares, como aconte-

ce em Nova Esperança do Piriá (PA), ou chafarizes, bicas e minas, como acontece em Cachoeira Grande (MA). Nesse caso, a população ainda precisa se deslocar de sua casa para coletar a água e transportá-la para suas casas.

Além desses municípios, os outros sete que compõem a lista dos "sem-nada" são Vale do Anari (RO), Amapá do Maranhão (MA), Fernando Falcão (MA), Junco do Maranhão (MA), Santo Amaro do Maranhão (MA), Santa Terezinha do Progresso (SC) e Monte Alegre dos Campos (RS).

No município de Ulianópolis (PA), também foi acusada a inexistência de serviços de saneamento pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE. Mas como os dados do Censo 2000 mostram um grande número de

domicílios na cidade onde havia rede de abastecimento de água e lixo, os técnicos do instituto preferiram não incluí-lo na lista dos "sem-nada".

Cidades

A maioria dos habitantes de Nova Esperança do Piriá, que faz divisa com o Estado do Maranhão, utiliza a água do rio Piriá para beber, tomar banho e lavar a roupa. Outro meio de abastecimento são os poços artesanais.

"Mesmo com a água amarelada, a gente toma porque tem ferro e faz bem para a saúde", disse a moradora Alice Almeida Ribeiro. Ela conta que seus dois filhos já tiveram esquistossomose e diarreias.

A Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso (SC) informou que não procede a informação de que

nenhum domicílio conta com coleta de lixo. O secretário de Administração, Ademir Antonio Detofof, afirmou que todas as 129 casas da localidade têm serviço de recolhimento de lixo, que é feito duas vezes por semana, e água encanada. Dos 3.416 habitantes de Santa Terezinha do Progresso, 87% vivem na área rural. Não há planos para a instalação de uma rede de esgoto.

No Maranhão, a pior situação é a da cidade de Amapá do Maranhão, localizada no noroeste do Estado, próximo à divisa com o Pará. Lá, nenhum dos 1.066 domicílios tem sistema de esgoto (saneamento básico). E apenas 11 residências usufruem de coleta de lixo e água tratada. De acordo com o Censo 2000, a cidade tem 5.431 habitantes.

17,3% dos distritos têm escassez

DA SUCURSAL DO RIO

A escassez de água é um problema para 17,3% dos distritos brasileiros. A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico indica que 1.709 dos 9.848 distritos (bairros legais dos municípios) brasileiros precisam fazer racionamento de água.

O problema é maior no Nordeste, onde o número é de 24%. Em Pernambuco, quase a metade dos distritos (49,6%) disseram ter feito racionamento de água. O problema é comum também na Paraíba (46,6%), no Rio Grande do Norte (40,8%) e no Amapá (40%).

Em São Paulo, a pesquisa aponta racionamento em 16,6% dos distritos. O problema é mais concentrado na capital —sua ocorrência, mesmo esporádica, foi apontada em 95 dos 96 distritos.

As empresas de abastecimento e prefeituras ouvidas pelo IBGE apontaram a seca como principal motivo para o racionamento, mas não é o único problema a contribuir para a escassez de água.

A pesquisa mostrou que as empresas de água coletam 263 litros diários por habitante no Brasil. O governo federal, com base em dados das empresas, estima que só 160 litros chegam aos municípios, o que seria um desperdício de cerca de 40% do total coletado.

O volume de água captado por

dia evidencia também as disparidades regionais no Brasil. Enquanto no Rio de Janeiro o abastecimento diário per capita chega a 550 litros, em Roraima ele é de apenas 80 litros por habitante.

O Rio é o Estado que mais capta água no Brasil. São Paulo é o segundo, com 350 litros por habitante. Mas o indicador do Rio não significa que a rede do Estado seja mais eficiente. Ele pode indicar também que há mais desperdício e ineficiência na distribuição da rede do que em outros Estados.

Abastecimento

A rede de abastecimento de água no país cobre 97,9% dos municípios brasileiros. Só 116 dos 5.507 municípios, a maioria no Nordeste, não têm o serviço.

Segundo a pesquisa, 63,9% dos domicílios situados nas cidades onde há serviço de abastecimento são atendidos pela rede. O valor difere do indicado no Censo 2000, do próprio IBGE, porque a PNSB (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico) é feita com os municípios e empresas de abastecimento. No Censo, o índice é de 77,8% dos domicílios. Além disso, a PNSB abrange também os domicílios que não estão ocupados, diferentemente do Censo.

Colaborou a Reportagem Local

MAURÍCIO SIMONATO DA AGENCIA FOLHA, EM BELÉM

O Pará é o Estado brasileiro que apresenta a pior situação na questão de tratamento de água. Ali, só 42,7% do volume consumido pela população está em condição apropriada, segundo o IBGE.

Pelo menos 32% do volume de água consumido na região Norte do país não tem tratamento.

No Pará, 89% do abastecimento se baseia em águas subterrâneas, como poços artesanais, segundo dados do instituto.

No bairro do Guamá, um dos mais populosos da periferia da capital, Belém, o posto de saúde municipal atende em média 12 crianças por dia com diarreias e verminoses provocadas, provavelmente, pelo consumo da água vinda diretamente da torneira.

A dona-de-casa Denilda Vera Cruz de Andrade, 17, toma a água que vem direto do encanamento, sem ferver, porque não pode aumentar o consumo de gás em sua casa. "É normal ter diarreia por aqui. Na minha família, todos já tiveram alguma doença por causa da água", disse.

Filtro improvisado

Na ocupação Riacho Doce, também localizada na periferia de Belém, a dona-de-casa Maria José Souza Caetano, 40, improvisou um sistema para filtrar a água com algodão. Mas, mesmo assim, ela, o marido e a filha não escaparam de uma diarreia que afetou a família por 15 dias.

"Além de filtrar no algodão, que fica amarelo depois de usado, agora a gente ferve a água e depois coloca em um filtro de barro", disse Maria José.

Outro exemplo de manejo impróprio de água acontece na Vila da Barca. Os moradores residem sobre palafitas e as fezes são jogadas diretamente no rio Guamá, onde crianças como Ana Flávia, 4,

tomam banho diariamente.

Para a pesquisadora do departamento de Engenharia Química da UFPA (Universidade Federal do Pará), professora Vera Nobre Brás, a maior parte da contaminação acontece no percurso da água até a torneira e é provocada por perfurações na canalização.

"A vastidão territorial do Estado também implica a distribuição da água tratada. Em muitos municípios, a população utiliza os poços e os rios para o abastecimento", disse a pesquisadora.

Estado

A Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) atende 63 dos 143 municípios do Estado e mais sete vilarejos com perfurações de poços artesanais e a canalização de superfície.

Segundo o presidente da Cosanpa, Maurício Almeida, o abastecimento está dentro dos padrões de potabilidade exigidos pelas normas técnicas brasileiras, com exames diários químicos, físicos e bacteriológicos.

"Nos últimos oito anos, o número de pessoas abastecidas no Pará subiu de 58% para 75%", disse o presidente da companhia.

De acordo com Almeida, na região metropolitana de Belém esse número subiu de 85% para 95% da população.

O presidente da Cosanpa informou desconhecer os dados apresentados pelo IBGE. Informado pela Agência Folha, ele disse que os números não representam a realidade do Estado.

Segundo ele, um dos principais objetivos do governo do Pará é expandir a coleta de lixo, o tratamento de esgoto e o abastecimento de água tratada por meio do projeto Alvorada.

"O objetivo do projeto Alvorada é aumentar a cobertura de saneamento básico para pelo menos mais 50 municípios do Pará", disse o presidente.

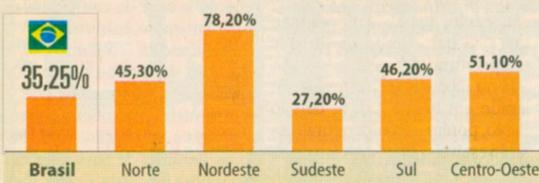


Maria Caetano, moradora de Belém, com filtro d' água improvisado

Editoria de Arte/Folha Imagem

Tratamento do esgoto

→ Volume de esgoto coletado tratado Em 2000



→ Solução alternativa usada em distritos sem rede coletora de esgoto Em 2000



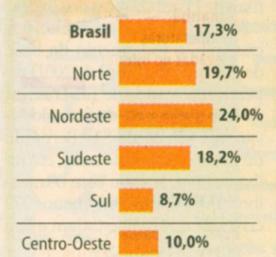
Crescimento relativo do volume de água distribuído

De 1989 a 2000

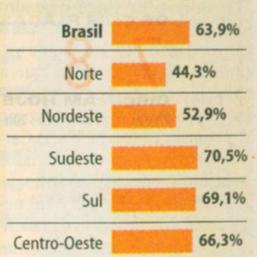
	Com tratamento	Sem tratamento	Total
Brasil	52%	191,3%	57,9%
Norte	17,7%	238,1%	49,2%
Nordeste	62,3%	75,6%	63,1%
Sudeste	56,4%	245,3%	61,4%
Sul	42,8%	328,5%	48,7%
Centro-oeste	37,1%	31,4%	36,9%

Racionamento afeta 17,3% dos distritos

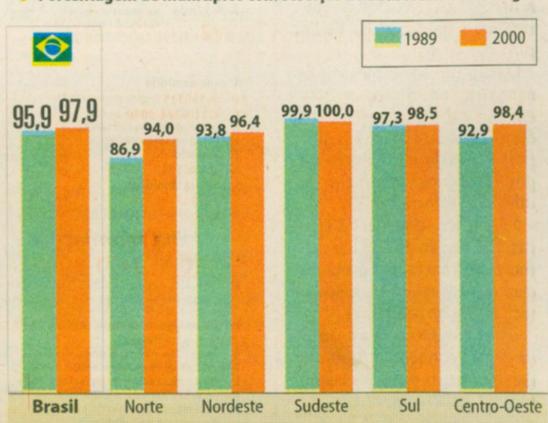
→ Porcentagem dos distritos onde existe racionamento de água Em 2000



→ Domicílios abastecidos por rede geral de água Em 2000



→ Porcentagem de municípios com serviços de abastecimento de água



Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico) e Ministério da Saúde

RETRATO DO BRASIL Segundo pesquisa, em 2000, 47,1% do volume de resíduos ia para aterros sanitários; em 89, eram só 10,7%

Melhora o destino final de lixo doméstico

DA REPORTAGEM LOCAL
DA SUCURSAL DO RIO

A destinação final do lixo doméstico no Brasil teve uma grande melhora, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) do IBGE. Em 2000, 47,1% do volume de resíduos gerados no país ia para aterros sanitários, enquanto que, em 1989 a porcentagem era só de 10,7% — o resto era jogado em lixões a céu aberto.

Somando-se o percentual do volume que vai para aterros sanitários àquele que vai para aterros controlados (22,3%), dois terços do lixo deixa de ficar exposto e tem, na avaliação do IBGE, uma destinação "adequada".

"É uma grande surpresa essa melhora. Quase boa demais para ser verdade", afirma Elizabeth Grimberg, pesquisadora da área de resíduos do Instituto Polis e coordenadora-geral do Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo. Para ela, os dados devem ser comemorados, mas também vistos com certa desconfiança.

"As informações são dadas por prefeituras e empresas, que têm, naturalmente, interesse em pintar um quadro melhor do que é na realidade; além disso, não informam sobre lixões clandestinos." Elizabeth questiona também a classificação de aterros controlados como adequados.

A própria Cetesb (agência ambiental do governo paulista), única a realizar um inventário anual de resíduos domiciliares no Brasil, não considera o aterro controlado como uma boa opção.

A diferença entre o aterro controlado e o sanitário é que o último deve ter coleta e tratamento para o chorume (líquido produzido na decomposição do lixo orgânico) e para o gás metano (CH₄), gerado pelos resíduos. Já o primeiro pode ser simplesmente um lixão que é coberto periodicamente com terra ou entulho.

Se os produtos da decomposição do lixo não são tratados, podem trazer grandes prejuízos ao ambiente e à saúde humana, contaminando o solo e lençóis de água subterrâneos, aumentando as consequências do efeito estufa e servindo como atrativos para animais que transmitem doenças.

O IBGE atribui a melhora na destinação final do lixo à maior consciência da população; à atuação do Ministério Público na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta com as prefeituras; ao programa Criança no Lixo, Nunca Mais, do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância); a verbas do governo federal; e ao apoio de governos estaduais.

Crianças

A destinação final correta e a erradicação dos lixões são fundamentais para acabar com o trabalho infantil nesses locais.

Em 1.500 dos 5.507 municípios brasileiros, a PNSB verificou a presença de 24.340 catadores a lixões, sendo 22% deles (5.355) menores de 14 anos. Em 2000, as regiões metropolitanas de Recife e São Paulo eram as líderes no percentual de crianças trabalhando em lixões, segundo a pesquisa.

Em dois anos, porém, o quadro pode ter mudado muito, admite o próprio IBGE. "O lixo é uma variável muito mais volúvel que a água ou o esgoto, por isso o quadro mostrado deve ser visto como a fotografia", afirma Lilibeth Cardozo Ferreira, gerente de estudos e pesquisas sociais do instituto.

Apesar de questionar os números absolutos de crianças nos lixões — que estariam subestimados, uma vez que o Unicef estimava no ano passado a existência de cerca de 30 mil crianças nessas condições em todo o Brasil —, a secretária-executiva do Fórum

Em Carapicuíba, ex-catador quer depósito de volta

DA REPORTAGEM LOCAL

"Por mim, o lixão voltava a funcionar. Pelo menos assim a gente não ia ficar passando necessidade aqui. Minhas duas filhas se criaram catando lixo e agora estão sem estudar e sem trabalho."

A opinião de Olevina de Oliveira, 44, resume um sentimento compartilhado pela maioria das cerca de 30 famílias que vivem em barracos na entrada do ex-lixão de Carapicuíba (Grande SP), fechado no ano passado.

Quase todos trabalhavam como catadores e contam que tiravam tudo do lixo: dinheiro (do material reciclável vendido), comida (de supermercados da região), roupas e brinquedos.

Quando a prefeitura fechou o local, prometeu colocar os catadores em frentes de trabalho e atividades de reciclagem e dar escola para as crianças, mas quem ainda vive no lixão reclama que foram poucos os beneficiados.

"Eles até disseram que iam tirar a gente daqui, mas o número de barracos só fez aumentar. Eram seis, no ano passado, e já são mais de 30. Eu só queria sair daqui", afirma a ex-catadora Simone Aparecida Leandro da Silva, 40, que está desempregada.

"A gente vive de caridade dos que trazem cestas básicas, pão e roupas", conta Maria das Graças Aquino Teixeira, 33, também ex-catadora e desempregada.

Segundo o secretário do Meio Ambiente de Carapicuíba, José Cícero da Rocha, quem trabalhava no lixão e ainda não encontrou outro serviço deve ir à prefeitura para se cadastrar nas frentes de trabalho, que pagam R\$ 180 por mês mais uma cesta básica. Ele admite que nem todos foram absorvidos.

"Nas frentes de trabalho temos cerca de 200 pessoas. Outras 40 trabalham na cooperativa que separa o lixo reciclável entregue em postos espalhados pela cidade, mas os ex-catadores têm uma dificuldade em aceitar ter um patrão e ganhar menos", diz.

Segundo Rocha, 720 famílias viviam na região do lixão, mas nem todas as pessoas eram catadores. (MV)

Nacional Lixo e Cidadania, Teia Magalhães, afirma acreditar que as porcentagens divulgadas pelo IBGE, na verdade, já diminuíram.

Isso graças, em grande parte, ao programa Criança no Lixo, Nunca Mais, que apoiou projetos em todo o país e conseguiu, de 99 até meados de 2001, retirar pouco mais de 13 mil crianças dos lixões.

Só na Grande São Paulo, por exemplo, o fechamento do lixão de Carapicuíba (abril de 2001) representou a saída de 105 crianças do trabalho. O fim do lixão do Alvarenga (divisa de São Bernardo do Campo com Diadema), em julho de 2001, acabou com o trabalho no lixo para pelo menos 172 crianças, que hoje estudam e têm atividades extra-classe.

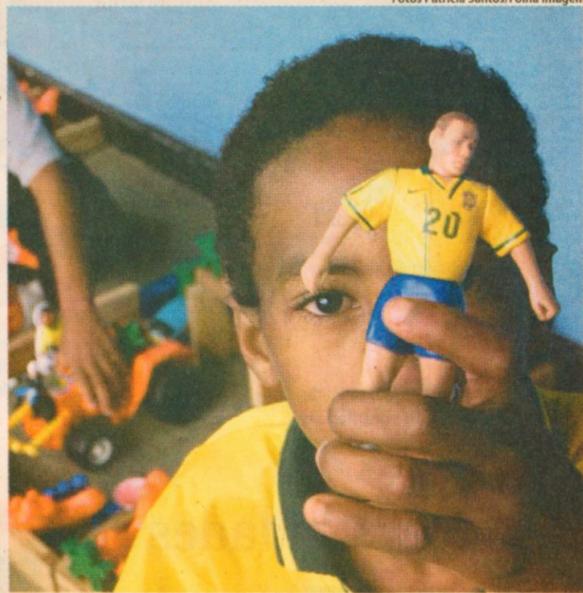
Os dados da PNSB mostravam quem, em 2000, dos 1.132 catadores da região metropolitana, 247 eram menores de 14 anos. (MARIANA VIVEIROS E ANTÔNIO GOIS)



Criança recolhe objetos no lixão de Olinda (PE), onde intermediários pagam até R\$ 0,20 pelo quilo de alguns produtos recolhidos



Crianças (esq.) brincam no lixão do Alvarenga antes do fechamento do local; Joelton (dir.), que saíram do lixão e voltaram para a escola



Fotos Patrícia Santos/Folha Imagem

Juliana, 12, ganha a vida em lixão de Olinda

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM OLINDA

Ainda é madrugada quando Juliana, 12, sai da casa onde mora com a mãe desempregada e um irmão deficiente físico para trabalhar no lixão de Olinda, município da região metropolitana de Recife (PE).

Em jejum, ela anda três quilômetros até chegar ao depósito, uma área cercada por um muro alto de concreto que não impede a entrada de outras crianças e adolescentes no local.

A menina passa pelo portão principal e, com um saco plástico nas mãos, espera com outros ca-

tadores a chegada dos caminhões. Quando as caçambas despejam os detritos, Juliana avança sobre o lixo para procurar e separar o que pode ser revendido.

Sem proteção nas mãos e com botas de plástico amarelo nos pés, a garota recolhe garrafas plásticas, latas e papelão. Tudo é vendido ali mesmo, a intermediários que pagam entre R\$ 0,06 e R\$ 0,20 pelo quilo dos produtos. À noite, a garota volta para casa com cerca de R\$ 5,00 no bolso.

Juliana, que sustenta a família com seu trabalho, encontra também no lixo a sua refeição. "Como queijo, mortadela, Danone, pão...", diz ela. "O que achar aqui

é o que eu vou comer."

A garota não estuda e não sabe até que ano cursou. Diz que sabe escrever algumas palavras, mas não tem idéia de quanto tempo permaneceu na escola.

Brincar é uma atividade que ela abandonou desde que completou 10 anos de idade. Foi quando a mãe dela, Jaciara, 38, ficou desempregada. "Não tinha mais nada em casa, e eu tive que trabalhar."

Levada por uma vizinha ao lixão, a menina passou a revirar os detritos de segunda a sábado, até as 18h. "Aqui a gente não brinca, só trabalha e conversa", diz.

Segundo Juliana, a vizinha, que continua na atividade, e um evan-

gêlico cuidam dela no trabalho.

Ela diz que não sabe o que fazer no futuro para melhorar de vida. Diz apenas que gostaria de estar fora do lixão, apesar de afirmar que nunca pegou "uma doença qualquer" por causa do trabalho.

O secretário de Obras e Serviços Públicos de Olinda, Luciano Moura, não foi encontrado ontem à tarde para comentar a presença de crianças no lixão.

Na secretaria, a informação era de que ele estava em reunião e não poderia ser interrompido. O número do telefone da reportagem foi fornecido para contato, mas até a conclusão desta edição ninguém retornou a ligação.

O DESTINO FINAL DO LIXO Em 2000



Só 6,4% das cidades reciclam detritos

DA SUCURSAL DO RIO

DA REPORTAGEM LOCAL

Os resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE mostram que, quando o assunto é reciclagem e coleta seletiva de lixo, o Brasil ainda tem um longo caminho pela frente.

Só 6,4% das cidades reaproveitam os resíduos, e a coleta seletiva do lixo é realizada oficialmente por apenas 8,2% delas. Nenhuma das quatro maiores capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador) têm coleta seletiva em todos os bairros.

No ranking de reciclagem, a região Sul sai na frente. O Estado onde o reaproveitamento do lixo é mais comum é o Rio Grande do Sul, onde 22,5% dos municípios afirmaram reciclar os resíduos.

Em Santa Catarina, 16,7% dos municípios reciclam seu lixo, e no Paraná a porcentagem é de 10%.

A liderança se deve à tradição das ações de coleta seletiva e reciclagem, principalmente nas cidades gaúchas e paranaenses, que há mais de 13 anos iniciaram políticas nesse sentido, afirma Elizabeth Grimberg, do Instituto Polis.

Na região Norte, nenhum município afirmou ter coleta seletiva em todos os distritos. No Nordeste, apenas 5 dos 1.787 municípios dizem fazer a coleta seletiva em todos os distritos (0,3%); no Centro-Oeste, a atividade é desenvolvida em 0,9% das cidades (4 em 446); e mesmo no Sudeste só 53 dos 1.666 municípios (3,2%) afirmam coletar o lixo que não é lixo em todos os bairros.

Em 50 cidades brasileiras (0,9%

do total), a coleta seletiva chegou a começar, mas foi interrompida por razões como falta de local adequado para separar o material, má aceitação por parte da população e falta de campanha de conscientização, entre outros.

"Mobilização, comunicação e educação são o tripé básico para que a coleta seletiva funcione. É preciso oferecer também a estrutura para a população, divulgando os horários de passagem dos caminhões de coleta e colocando postos de entrega voluntária em locais acessíveis", diz Elizabeth.

Para incentivar a reciclagem, de forma que ela impulsiona a coleta seletiva, a pesquisadora defende ser fundamental que ela se torne economicamente viável. "Mercado e relação custo benefício têm de ser considerados." (AG E MV)

MORTES

Alexandre Davide - Aos 97, viúvo. Deixa filhos. Cemitério Jaraguá.

Carlos Alberto Berthe Rosa - Aos 76, casado com Magdalena Ferreira Rosa. Deixa filhos e netos. Cem. do Araçá.

Clarinda de Almeida - Aos 86, viúva. Deixa filhos. Crematório Municipal.

Edgardo Sacchi - Aos 84, casado. Deixa filhos. Cem. Parque dos Pinheiros.

João Carlos Cioffi - Aos 90, viúvo. Deixa filhos. Cemitério São Paulo.

João Rodrigues - Aos 87, viúvo. Deixa filhos. Cemitério Horto Florestal.

José Teixeira da Cunha Junior (Zeli-

to) - Aos 68, casado com Nidelci Gomes da Cunha. Deixa filhos e netos. Cemitério Municipal de Pirajuí (SP).

Maria de Lourdes de Barros Marcondes Machado - Aos 90, viúva. Deixa filhos. Cemitério Getsêmani.

Milton Marcondes - Aos 66, casado. Deixa filhos. Cemitério da Ordem 3ª do Carmo.

Nancy Vega - Aos 81, casada com Eloy Vega. Deixa filhos, netos e bisnetos. Cemitério Consolação.

Neusa Ita Senatore Pirajá - Aos 67, viúva de Fernando Roberto de Olivei-

ra Pirajá. Deixa filhos e netos. Cemitério Getsêmani.

Oscar Alcantara - Aos 44, casado. Deixa filhos. Cemitério Santo Amaro.

Paulo Pereira de Souza - Aos 79, casado. Crematório Municipal.

Virginio de Angelis - Aos 85, casado. Deixa filhas. Cemitério Jaraguá.

7º DIA

Edison Anauate - Hoje, às 12h, na Catedral Metropolitana Ortodoxa, r. Vergueiro, 1.515, Paraíso.

Vando Elicio Junior - Hoje, às 19h, na

igreja Maria Mãe da Igreja, av. Gui-

lherme Valente, 31, Jd. Vergueiro.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Você deve procurar o Serviço Funerário do Município de São Paulo pelos telefones 0/xx/11/3247-7000 e 0800-10-9850 ou pelo fax 0/xx/11/232-1203. A prefeitura é a responsável pela prestação de serviços de sepultamento e de cremação na cidade de São Paulo. Para que os serviços sejam realizados, será requisitado laudo que ateste o falecimento assinado por um médico (sepultamento) ou dois (cremação). Além disso, serão solicitados os seguintes documentos do falecido: Cédula de Identidade (RG), Certidão de Nascimento (em caso de menores), Certidão de Casamento.

Como publicar anúncio - Para publicar um anúncio fúnebre pago na Folha, disque 0/xx/11/3224-4000. Você precisará apresentar cópia do RG e CPF. Além de assinar um termo de responsabilidade. A Folha coloca a sua disposição um serviço de transporte para colher a assinatura e as cópias dos documentos. **Como publicar aviso na seção Mortes** - Para colocar aviso gratuito na seção Mortes, disque 0/xx/11/3224-3505 e 0/xx/11/3224-3305 ou mande um e-mail para necrologia@folha.com.br. Se for usado o e-mail, coloque um número de telefone com o qual poderão ser chechadas as informações.

CEMITÉRIO DE CONGONHAS
JAZIGO FAMILIAR
4 GAVETAS + PLACA
PREÇOS E CONDIÇÕES
POR TEMPO LIMITADO
Tel. 5522-0911
www.cemiteriocongonhas.com.br

RETRATO DO BRASIL *Estudo do governo mostra que seria necessário investimento de R\$ 44 bilhões para disponibilizar água e esgoto*

Coordenador admite investimento menor

DA SUCURSAL DO RIO

O coordenador do Programa de Modernização do Setor Saneamento do governo federal, Marcos Thadeu Abicalil, reconhece que o poder público precisa investir mais do que atualmente para universalizar o acesso aos serviços adequados de água e esgoto.

Segundo Abicalil, um estudo de 1998 do governo federal mostra que seria necessário investir R\$ 44 bilhões para universalizar esses dois serviços.

Com um gasto de 0,40% do PIB ao ano, ainda de acordo com o coordenador do programa, essa meta poderia ser atingida em

2010, destinando R\$ 30 bilhões para a ampliação e melhoria dos serviços de esgoto e R\$ 14 bilhões para expansão e melhoria do abastecimento de água.

O governo federal, no entanto, investiu de 1995 a 2000 uma média de 0,25% do PIB no setor. Esse percentual é maior do que o investido de 1990 a 1994, que foi de 0,11% do PIB, mas ficou abaixo do que o investimento nas décadas de 80 (0,28% do PIB) e de 70 (0,38% do PIB).

Abicalil ressalta, porém, que o Brasil investiu em 1998 o maior valor da história no setor, chegando a 0,38% do PIB. Em 1999 e em 2000, no entanto, o investimento

voltou ao patamar de 0,25%.

O coordenador do programa afirma que a crise da Rússia e a crise cambial brasileira impediram que o governo federal mantivesse o mesmo nível de investimento de 1998.

Na avaliação de Abicalil, o investimento menor no setor na década de 90 foi causado pela diminuição da capacidade de financiamento do setor com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e pelo endividamento das companhias estatais de abastecimento, que ficaram sem capacidade para obter novos empréstimos.

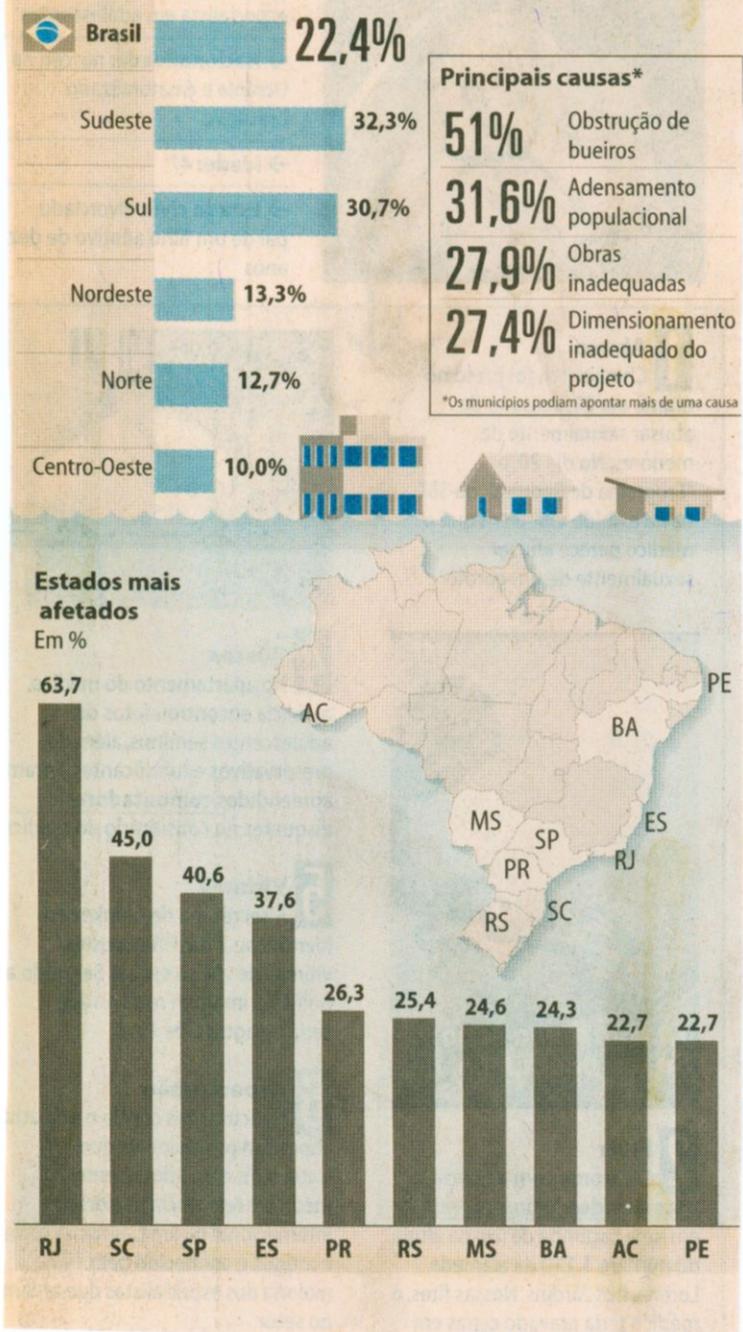
“Não há dúvida que precisamos

avançar mais. Nesse sentido, o Congresso Nacional também tem um papel importante, definindo responsabilidades e obrigações de cumprimento das metas por parte das companhias de abastecimento”, disse Abicalil.

Ele afirma que o governo não pretende privatizar o setor para melhorar a qualidade e a extensão do serviço. “O que pode ser feito são concessões. Nossa proposta, que está no Congresso, é que a escolha das empresas que administrem o sistema leve em conta principalmente a capacidade de oferecer o preço mais baixo com a de maior investimento para cumprir metas”, afirma.

Class	
Data	28/3/2002
Fonte	fsp (cotidiano)
Documentação	
Pg	C5

Editoria de Arte/Folha Imagem
QUASE UM QUARTO DOS MUNICÍPIOS SOFRE COM INUNDAÇÕES
 Municípios que sofreram inundações ou enchentes entre 1998 e 2000



22,4% das cidades do país sofrem inundações

DA SUCURSAL DO RIO

As enchentes e inundações são cenas comuns no cotidiano de quase um quarto dos municípios brasileiros. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, 22,4% das cidades do Brasil apresentaram esse tipo de problema em 1999 e em 2000.

O problema é mais grave na região Sudeste, onde 32% dos municípios sofrem enchentes com regularidade, e Sul (30,7%). Entre os Estados, o Rio de Janeiro é o que tem o maior número de cidades afetadas (63,7%), seguido por Santa Catarina (45%), São Paulo (40,6%) e Espírito Santo (37,6%).

A principal causa, segundo o IBGE, é a obstrução de bueiros, indicada por 51% das companhias e prefeituras pesquisadas como a vilã das enchentes. Problemas na execução de obras de drenagem (27,4%) e obras inadequadas (27,9%) também foram citados, além do crescimento populacional desordenado, lembrado por 31,6% dos entrevistados.

A obstrução de bueiros é causada principalmente pelo lixo que é jogado em vias públicas e carregado pela água das chuvas.

Os serviços de drenagem urbana, essenciais para diminuir o problema, foram encontrados em 78,5% dos municípios brasileiros, mas o IBGE não diz se a qualidade

do serviço é satisfatória ou não.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, onde as enchentes costumam provocar caos e trazer prejuízos a milhares de pessoas todos os verões, a rede de drenagem é considerada inadequada porque não se adaptou ao crescimento do município e à impermeabilização do solo, que faz a água escoar mais rápido.

Como muitas galerias pluviais são antigas, com mais de 30 anos de idade, elas têm o diâmetro muito pequeno (muitos deles medem o mesmo que o diâmetro de uma garrafa de refrigerante de dois litros), o que as torna incapazes de dar vazão à água e mais vulneráveis a entupimentos.

A rede de drenagem utilizada na maioria das cidades (81,8%) é a separadora, que transporta apenas água das chuvas. No Estado do Rio de Janeiro, porém, a rede unitária, por onde são transportados esgoto e água da chuva ao mesmo tempo, é mais utilizada.

No Rio, 158 distritos utilizam a rede unitária para despejar esgoto, contra 107 que utilizam a separadora. A utilização da rede unitária não é a mais adequada porque, quando ocorrem as inundações e enchentes, parte do esgoto sobe dos sistemas de drenagem junto com a água acumulada.

Colaborou a Reportagem Local